

Diretrizes sobre usos de IA generativa em periódicos Qualis A de Linguística: uma análise exploratória

*Guidelines on the uses of generative AI in
Qualis A Linguistics journals: an exploratory
analysis*

Jimmy Naially SILVA 

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Brasil
jimmy.naially@estudante.ufcg.edu.br

Rebeca Trajano OLIVEIRA 

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Brasil
rebeca.trajano@estudante.ufcg.edu.br

Elizabeth Maria da SILVA 

Universidade Federal de Campina Grande
Campina Grande, Brasil
elizabeth.maria@professor.ufcg.edu.br

Resumo: Este trabalho tem dois objetivos: (1) quantificar periódicos de Qualis A da área de Linguística que apresentam posicionamentos relativos ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na produção científica, entre os dias 01 e 06 de setembro de 2025, e (2) analisar a natureza desses posicionamentos acerca do uso de IAGen, em diretrizes para autores apresentadas em tais periódicos. Para tal, adotam-se os pressupostos teóricos dos letramentos acadêmicos (Komesu; Fischer, 2014; Lea; Street, 1998), as dimensões “escondidas” da escrita acadêmica (Street, 2010) e de IAGen (Russel; Norvig, 2013; ANPD, 2024; UNESCO, 2024). Trata-se de uma pesquisa quanti-qualitativa (Souza; Kerbauy, 2017), do tipo exploratória (Gil, 2004), cujo *corpus* é constituído por 27 periódicos da área de Linguística, classificados como Qualis A, no quadriênio 2017-2020 e selecionados por meio de busca na plataforma Sucupira. Os resultados, analisados com base em proposições teóricas sobre IAGen e letramentos acadêmicos, indicam, até o momento, a predominância de um não-posicionamento nos periódicos analisados quanto aos usos de IAGen, sugerindo uma nova dimensão “escondida” da escrita acadêmica (Street, 2010). Já os posicionamentos favoráveis aos usos de IAGen apontam para essas ferramentas enquanto possíveis “suportes amigáveis” da

escrita acadêmica. Constata-se que posicionamentos relativos ao (não) uso de IAGen na e para a produção científica ainda são tácitos.

Palavras-chave: inteligência artificial generativa; produção científica; periódicos; linguística; dimensões escondidas da escrita acadêmica.

Abstract: This study has two main objectives: (1) to quantify the number of Qualis A journals in the field of Linguistics that state positions regarding the use of Generative Artificial Intelligence (GenAI) tools in scientific production, between September 1st and 6th, 2025, and (2) to analyze the nature of these positions concerning GenAI usage within the author guidelines provided by these journals. To achieve this, the study adopts the theoretical frameworks of academic literacies (Komesu; Fischer, 2014; Lea; Street, 1998), the "hidden" dimensions of academic writing (Street, 2010), and GenAI (Russell; Norvig, 2013; ANPD, 2024; UNESCO, 2024). This is a quantitative-qualitative study (Souza & Kerbauy, 2017), exploratory in nature (Gil, 2004), whose corpus consists of 27 journals in the field of Linguistics, classified as Qualis A in the 2017-2020 quadrennium, and selected through a search on the Sucupira Platform. The results, analyzed based on theoretical propositions regarding GenAI and academic literacies, indicate so far a predominance of non-positioning among the analyzed journals regarding the use of GenAI, suggesting a new "hidden" dimension of academic writing (Street, 2010). On the other hand, the stances favorable to the use of GenAI point to these tools as potential "friendly supports" for academic writing. Finally, it appears that positions regarding the (non-)use of GenAI in and for scientific production remain mostly tacit.

Keywords: generative artificial intelligence; scientific production; journals; linguistics; hidden dimensions of academic writing.

1 INTRODUÇÃO

As ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) vêm sendo foco de pesquisas desenvolvidas por estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento. Temos percebido, principalmente, problematizações acerca do uso dessas ferramentas para geração de textos acadêmicos — questões de plágio, ética, autoria etc. Além disso, reconhecemos que a discussão não é mais sobre “se teremos ou não a IA [Inteligência Artificial], mas como teremos a IA”, conforme Carvalho (2021, p. 32) já sinalizava. Em outras palavras, enquanto professores e pesquisadores na área de escrita acadêmica, interessa-nos refletir sobre formas pelas quais poderíamos lidar com esse tipo de ferramenta, haja vista que já faz parte do nosso cenário acadêmico-científico.

Há algumas iniciativas voltadas para a regulamentação do uso de IAGen na pesquisa e/ou na produção científica (Brasil, 2025; Franco; Viegas; Röhe, 2024; Peixoto *et al.* 2025; SCIELO, 2023; Silva *et al.* 2025; UNESCO, 2024). Embora sejam iniciativas produtivas, parece predominar, até o momento, uma realidade tácita quanto à possibilidade de (não) usar ferramentas de IAGen na geração de textos acadêmico-científicos. Desse modo, o “não dito” pode gerar tensionamentos entre as expectativas de produtores de textos e as dos membros de determinada cultura disciplinar (Hyland, 2004): usar ferramentas de IAGen para gerar textos acadêmico-científicos é aceitável e legitimado (por quem?)? Se sim, o uso seria para gerá-los integral ou parcialmente? Ou seria apenas como um suporte? Suporte de que tipo?

Quando não são dadas respostas claras e explícitas para tais indagações, começamos a refletir: será que as IAGen poderiam se configurar como uma nova dimensão “escondida” na escrita acadêmica a ser acrescentada à lista das seis apresentadas por Street (2010) — enquadramento, contribuição, voz do autor, ponto de vista, marcas linguísticas e estrutura do texto? A fim de averiguar essa hipótese, desenvolvemos uma pesquisa voltada para um objeto investigativo específico, a saber: diretrizes para autores apresentadas em periódicos de publicação em Linguística, Qualis A. Escolhemos esse objeto porque trabalhos publicados em periódicos acadêmicos de *status* elevado continuam a servir como modelos implícitos de textos (Lillis; Scott, 2007) para os membros iniciantes (ou não) de determinada cultura disciplinar (Hyland, 2004). Nesse sentido, as diretrizes de produção científica adotadas por esse tipo de periódico podem influenciar outras produções acadêmicas, não apenas aquelas que circulam no âmbito editorial, mas também as desenvolvidas em contextos de ensino.

Em razão disso, definimos dois objetivos: (1) quantificar periódicos de Qualis A da área de Linguística que apresentam posicionamentos relativos ao uso de ferramentas de Inteligência Artificial Generativa (IAGen) na produção científica, no período de 01 a 06 de setembro de 2025 e (2) analisar a natureza desses posicionamentos acerca do uso de IAGen, em diretrizes para autores apresentadas em tais periódicos. Para tal, este trabalho está organizado em cinco seções, a saber: esta introdução; a fundamentação

teórica; a metodologia; a análise e discussão dos dados; e, por fim, as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As investigações acerca de Inteligência Artificial não são tão recentes, como muitos podem pensar. Esses estudos surgiram em um campo de estudo da Ciência da Computação e da Engenharia de Softwares, ganhando destaque com os estudos de McCulloch e Pitts, em 1943 – que desenvolveram um modelo de neurônio artificial capaz de reproduzir comportamentos de um neurônio biológico (Russel; Norvig, 2013). Destaca-se também o estudo de Turing, em 1950, apresentado por Russel e Norvig (2013) – que propôs um teste no qual a máquina deveria ser capaz de imitar um humano de modo a não deixar marcas de que o texto foi gerado de forma artificial. Esses e outros estudos embasaram as teorias de desenvolvimento de ferramentas de Inteligência Artificial modernas, das quais evidenciamos o modelo generativo de aprendizado de máquina, bastante recorrente em nosso cotidiano, a exemplo do *ChatGPT* (OpenAI, 2022), *DeepSeek* (DeepSeek, 2025) e o *Gemini* (Google, 2024).

Ao que nos parece, o conhecimento acerca do funcionamento desse modelo de aprendizado de máquina contribui para a compreensão dos produtos textuais gerados por esse tipo de IA. Isso ocorre porque, nesse modelo, busca-se a captação de características estatísticas dos dados, o que permite a geração de novos exemplos semelhantes aos dados originais (ANPD, 2024; UNESCO, 2024). Nesse sentido, ao analisar padrões linguísticos, sintáticos e semânticos presentes nos dados de treinamento, as ferramentas de IAGen utilizam essas características para gerar novos textos que reproduzem estilo, tom e conteúdo de textos originais.

Face a sua capacidade de gerar textos rapidamente, a IAGen é vista por alguns pesquisadores como um recurso produtivo para realizar tarefas de forma mais ágil que um humano, a exemplo de correção textual, adequação gramatical e/ou estrutural dos textos, ou, ainda, apresentação de soluções rápidas para problemas na materialidade textual, de acordo com a solicitação realizada (D'Alte; D'Alte, 2023). No entanto, é necessário ponderar sobre as consequências cognitivas advindas da dependência desse tipo de

ferramenta, a qual pode, inclusive, conforme Anjos (2025) ressaltar, comprometer o processo de aprendizado dos seus usuários, sobretudo daqueles que ainda estão em formação acadêmica. Além disso, o uso de IAGen para geração de textos precisa ser problematizado no tocante à confiabilidade dessas “produções”, bem como aos processos éticos envolvidos nesse contexto (Tedesco; Ferreira, 2023).

Nessa perspectiva, Trindade e Oliveira (2024, p. 10) asseveram que “utilizar o conteúdo sintetizado por ferramentas de IA generativa como próprio, além de ser uma conduta antiética, amplia o problema de propriedade intelectual e denota problemas de competência de informação”. Não podemos nos esquecer também de que é constitutivo da escrita acadêmica conter referências a fontes consultadas e gerenciamento de vozes de autores cujos textos foram lidos. Logo, é imprescindível dar crédito a essas vozes, legitimadas academicamente, e estabelecer diálogos entre elas. Não as indicar ou gerar ideias em ferramentas de IAGen pode suscitar questionamentos quanto à propriedade intelectual do texto gerado. Além disso, cabe lembrar que essas ferramentas não possuem responsabilidade sobre aquilo que escrevem, portanto, não podem se configurar como autoras dos textos gerados (Nature, 2023). Ademais, como destaca o *Committee on Publication Ethics*¹ – (COPE, 2023), citado inclusive nas diretrizes de alguns periódicos da área de Linguística,

um robô — por mais bem treinado que seja, e independentemente do grau de clareza que o distanciamento em relação à experiência humana, complexa e desordenada da pesquisa, do planejamento e da escrita possa conferir — não é capaz de compreender o que escreve. Em termos simples, não pode ser responsável pelo conteúdo produzido (COPE, 2023, tradução nossa).²

Assim, a falta de uma consciência a respeito daquilo que escreve não atribuiria ao *ChatBot* o papel de autoria, mas de um “simulacro de função-autor” (Fernandes, 2024), destituído de subjetividade e responsabilidade.

¹ Em tradução livre: Comitê de Ética em Publicação. Trata-se de um comitê internacional de pesquisadores que, por sua vez, dispõe de diversos artigos voltados para o uso de IAGen na pesquisa e escrita acadêmica, abordando os temas de ética, boas práticas, autoria, entre outros

² No original “A bot – however well trained, and with whatever degree of clarity that is brought by distance from the messy, human experience of research, planning and writing – cannot understand what it writes. Put simply, it cannot be responsible.” Disponível em: <https://publicationethics.org/news-opinion/artificial-intelligence-and-authorship>. Acesso em: 09 set. 2025.

Nesse sentido, reconhecemos que a escrita, especialmente no contexto acadêmico, não se limita ao domínio de uma técnica (Zavala, 2010), mas demanda do sujeito-autor uma inventividade e um exercício da criatividade (Nunes, 2024), que não podem ser gerados pela máquina. Assim, ao considerarmos a escrita acadêmica como uma prática que vai além da reprodução de informações, exigindo do autor um posicionamento pessoal, demarcado pela subjetividade inerente à figura de um eu-autobiográfico (Burgess; Ivanic, 2010), os papéis da IAGen nas produções escritas podem ser questionados.

Reconhecemos que a discussão ainda está sendo construída. Entretanto, ao assumirmos a concepção de escrita acadêmica como uma prática social e situada, perpassada por questões de autoridade, poder e identidade, em conformidade com a abordagem dos letramentos acadêmicos (Lea; Street, 1998), compreendemos a necessidade de pensar sobre os impactos do uso de IAGen na produção escrita.

Street (2010), um dos idealizadores dessa abordagem de letramentos acadêmicos, engajado com as discussões sobre as dimensões envolvidas na produção e avaliação de artigos acadêmicos, pode nos ajudar a pensar sobre esses impactos. O pesquisador britânico questiona se listas padronizadas de itens a serem seguidos na produção e avaliação de textos acadêmicos, normalmente relacionados à estrutura (introdução; referencial teórico; métodos; dados), seriam suficientes para tanto. Esse autor defende, ainda, a necessidade de considerar dimensões “escondidas” que são demandadas nas avaliações de escrita acadêmica, embora geralmente não explicitadas. Partindo dessa compreensão, Street (2010, p. 541) “descreve a criação, durante uma disciplina sobre letramento na Faculdade de Educação (*Graduate School of Education*, GSE) da Universidade da Pensilvânia, de uma tabela com termos para explicar claramente os critérios de avaliação e revisão de artigos acadêmicos”.

Nesse sentido, Street (2010) defende o ensino explícito de textos acadêmicos, de modo mais amplo e, nesse estudo, de artigos acadêmicos. O autor reconhece que ainda predominam tensões entre expectativas de docentes e discentes quanto à produção escrita, visto que, muitas vezes, os critérios de avaliação e revisão ficam implícitos no processo de ensino e aprendizagem. Em razão disso, o autor relata uma experiência produtiva, construída em parceria com pós-graduandos em educação do GSE, de

elaboração de seis dimensões já referidas na introdução deste artigo: enquadramento (gênero, audiência, finalidades/objetivos/argumentos), contribuição (para o conhecimento, para a área de pesquisas, para pesquisas futuras), voz do autor, ponto de vista (pessoa/agência/reflexividade), marcas linguísticas e estrutura (introdução, argumento, contexto, referencial teórico, métodos, dados, conclusão).

Não obstante tais dimensões “escondidas” da escrita tenham surgido em um contexto de ensino de pós-graduação, o próprio Street (2010) afirma que é sempre possível “descobrir” novas dimensões. Ao fazer tal afirmação, evidencia que as dimensões construídas em sua interação com os estudantes da disciplina sobre Letramento não se configuram como uma lista inflexível a ser aplicada em quaisquer contextos, até porque, se assim o fosse, seria incoerente com a sua visão de escrita acadêmica como prática social e situada. Em consonância com essa compreensão, Botelho e Silva (2022), por exemplo, adaptaram a proposta do autor para práticas de leitura acadêmicas. Nogueira (2018), por sua vez, ampliou a lista apresentada por Street (2010), ao focalizar dimensões “escondidas” da internacionalização do ensino superior. Já Vieira (2017) averiguou a existência de dimensões “escondidas” do letramento em diretrizes para autores de periódicos em Ciência da Computação. Ao fazer essa investigação, a autora constatou que “[...] os periódicos concentram as orientações, em grande parte, nos aspectos formais e estruturais do texto, deixando ‘escondidas’ dimensões do letramento relacionadas a conteúdo, retórica e ideologia, por exemplo” (Vieira, 2017, p. 105).

Constatamos, em tais pesquisas, que sempre há dimensões “escondidas”, seja da escrita, seja da leitura, seja da internacionalização do ensino superior, seja das diretrizes para autores de periódicos. Na verdade, é algo esperado, já que essas dimensões são constitutivas das práticas de letramento acadêmico, como lembram Fischer e Colaço (2017, p. 452): “[...] não é possível explicitar todas as ideologias, sentidos, relações de poder aos estudantes”. Embora concordemos com as autoras, entendemos ser possível amenizar, ao máximo, essa realidade, à semelhança da postura adotada por Street (2010), que explicita aos seus estudantes os critérios que orientariam a produção, a revisão e a avaliação dos artigos acadêmicos demandados na disciplina ofertada por ele. Ao que nos parece, essa postura também poderia ser aplicada no caso de explicitação dos contextos de (não) uso de IAGen na produção científica, contribuindo para reduzir a

configuração dessas ferramentas como possíveis dimensões “escondidas” na escrita.

3 METODOLOGIA

Esta investigação integra uma pesquisa mais ampla, intitulada “Ferramentas de inteligência artificial generativa e a produção de gêneros acadêmicos: um olhar sob as lentes dos letramentos acadêmicos”, desenvolvida no âmbito do Grupo de Pesquisa Teorias da Linguagem e Ensino, da Universidade Federal de Campina Grande. Está situada no campo da Linguística Aplicada e embasa-se nos pressupostos da abordagem quanti-qualitativa (Souza; Kerbauy, 2017). Nessa abordagem, compreende-se que a associação dos métodos quantitativos e qualitativos permite ao pesquisador uma visão mais ampla da realidade investigativa, ao usar os recursos disponíveis como complementares. Além disso, a pesquisa estabelece-se, em relação aos seus objetivos, como exploratória, dado que busca proporcionar uma maior familiaridade com o objeto com vistas a torná-lo mais explícito (Gil, 2004).

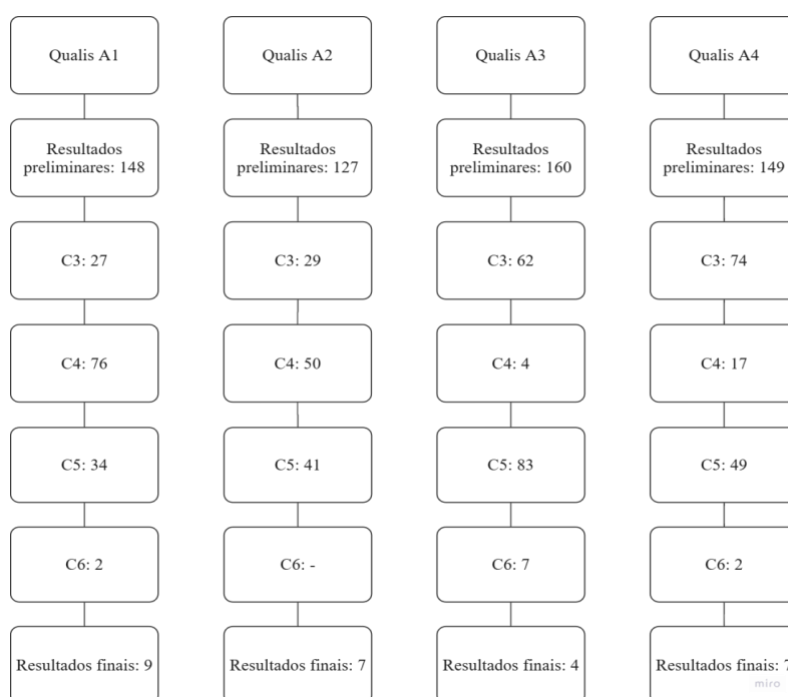
Para atender aos objetivos explicitados na introdução deste texto, adotou-se como instrumento de coleta de dados a Plataforma Sucupira, sistema digital por meio do qual a CAPES coleta e organiza as informações necessárias para o Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). A escolha dessa plataforma justifica-se pela natureza dessa ferramenta de busca de periódicos, a partir da área de avaliação e da classificação Qualis, que permitem uma maior sistematicidade no mapeamento.

No tocante ao processo de desenvolvimento da pesquisa, este foi dividido em três momentos principais. Em um primeiro momento, acessou-se a plataforma supracitada entre os dias 01 e 06 de setembro de 2025 e, para a obtenção dos resultados de busca, foram utilizados os seguintes delimitadores: (1) evento de classificação – quadriênio Qualis 2017-2020; (2) área de avaliação: Linguística e Literatura; (3) classificação: A1, A2, A3, A4. Apesar do uso de todos os delimitadores anteriormente citados, a plataforma retornou como resultados de busca diversos periódicos da área de Ciências Humanas e afins, exigindo uma curadoria manual desses dados, de forma que, de um número preliminar de 1561 periódicos encontrados, passou-se a um número de 585 resultados.

Tendo em vista esses resultados iniciais, foram considerados seis critérios para a seleção das revistas, a saber: (1) deve estar inclusa na lista de periódicos de Qualis A do quadriênio 2017-2020; (2) deve ter como área de avaliação “Linguística e Literatura”; (3) deve ter como foco a área de Linguística; (4) deve estar disponível em formato digital; (5) deve estar publicada em Língua Portuguesa; (6) deve ser escolhida considerando um único registro ISSN³, evitando repetições. Desses seis critérios elencados, os dois primeiros foram utilizados como delimitadores na própria plataforma, não configurando resultados de inclusão ou exclusão na sistematização inicial.

Após a aplicação dessas delimitações, foram obtidos os seguintes resultados:

Figura 1 – Fluxograma da coleta de dados



Fonte: adaptado de Dessbesel *et al.* (2018, p.486)

Conforme ilustrado na Figura 1, os critérios de inclusão retornaram um total de 27 periódicos Qualis A relativos à área de Linguística no quadriênio 2017-2020, constituindo, assim, o *corpus* final desta pesquisa.

³ *International Standard Serial Number* - identificador único e intransferível que torna exclusivo o título atribuído a publicações seriadas, tais como periódicos, em determinadas mídias e suportes.

O segundo momento da pesquisa referiu-se à sistematização do *corpus*, como disposto no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – *Corpus* final da pesquisa

ISSN	Nome do periódico	Qualis
0002-5216	ALFA: REVISTA DE LINGÜÍSTICA (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO)	A1
2176-4573	BAKHTINIANA: REVISTA DE ESTUDOS DO DISCURSO	A1
1678-460X	DELTA. DOCUMENTAÇÃO DE ESTUDOS EM LINGÜÍSTICA TEÓRICA E APLICADA	A1
1980-5799	DOMÍNIOS DE LINGU@GEM	A1
1984-6398	REVISTA BRASILEIRA DE LINGUISTICA APLICADA	A1
2237-2083	REVISTA DE ESTUDOS DA LINGUAGEM	A1
2447-9543	REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDOS DEL DISCURSO	A1
2238-975X	REVISTA LINGÜÍSTICA	A1
2175-764X	TRABALHOS EM LINGÜÍSTICA APLICADA	A1
2447-0686	CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS	A2
1984-8412	FÓRUM LINGUISTICO (ONLINE)	A2
2177-7160	LIAMES	A2

1984-591X	REVISTA DO GEL	A2
2236-0883	REVISTA DO GELNE	A2
2447-3529	REVISTA ENTRELÍNGUAS	A2
1678-8931	REVISTA VIRTUAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM	A2
2317-4153	CONFLUÊNCIA	A3
1982-291X	REVISTA (CON)TEXTOS LINGUÍSTICOS	A3
0102-7158	REVISTA DA ABRALIN	A3
1982-2243	VEREDAS - REVISTA DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS	A3
2176-8625	CAMINHOS EM LINGUÍSTICA APLICADA	A4
1519-5392	ENTRETEXTOS (UEL)	A4
2237-0951	HORIZONTES DE LINGUÍSTICA APLICADA	A4
1519-4906	LÍNGUAS E INSTRUMENTOS LINGUÍSTICOS	A4
2358-1042	LINGUAGEM: ESTUDOS E PESQUISAS	A4
2183-9077	REVISTA DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA	A4
2674-8266	REVISTA LINGUAGEM EM FOCO	A4

Fonte: produção das autoras (2025)

Nesse Quadro 1, observa-se a predominância de periódicos classificados como Qualis A1, com 9 exemplares selecionados, enquanto os Qualis A2 e A4 apresentam 7 resultados cada, e o Qualis A3 é o menos representativo, com 3 periódicos. Esse *corpus* configura-se como pertinente para as finalidades da pesquisa em tela, já que a pretensão era de registrar

o que estava sendo divulgado em diretrizes para autores de periódicos, no momento de coleta de dados, em 2025, no que se refere ao (não) uso de ferramentas de IAGen na produção científica. Para tanto, como acontece em toda investigação, era preciso fazer uma delimitação metodológica, razão pela qual decidiu-se selecionar periódicos Qualis A, pelos motivos já sinalizados na introdução deste artigo.

Por fim, após a constituição do *corpus*, o terceiro e último momento da pesquisa consistiu na leitura atenta das diretrizes para autores dos periódicos selecionados, com vistas à identificação de instruções e/ou diretrizes relacionadas ao uso de IAGen para a publicação de trabalhos.

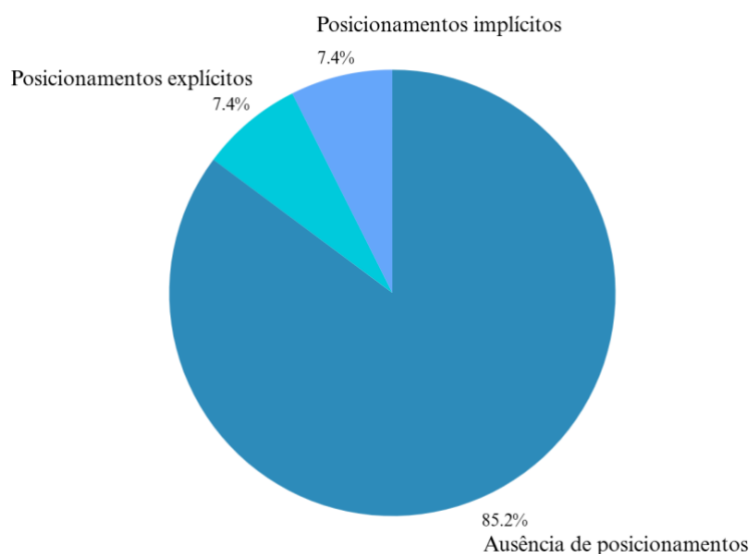
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta seção está organizada em duas subseções, a saber: (4.1) Usar ou não usar ferramentas de IAGen na produção científica?: mapeamento dos (não) posicionamentos acerca dos usos de IAGen; (4.2) Quando e de que forma usar ferramentas de IAGen?: posicionamentos explícitos e implícitos nas diretrizes para autores.

4.1 Usar ou não usar ferramentas de IAGen na produção científica?: mapeamento dos (não) posicionamentos acerca dos usos de IAGen

A análise das diretrizes para autores, apresentadas nos periódicos selecionados, nos permitiu contabilizar posicionamentos a respeito do uso de IAGen na publicação de produções científicas, conforme evidenciamos na Fig. 2, exposta a seguir:

Figura 2 – Tipos de posicionamento sobre o uso de IAGen na produção científica



Fonte: produção das autoras (2025)

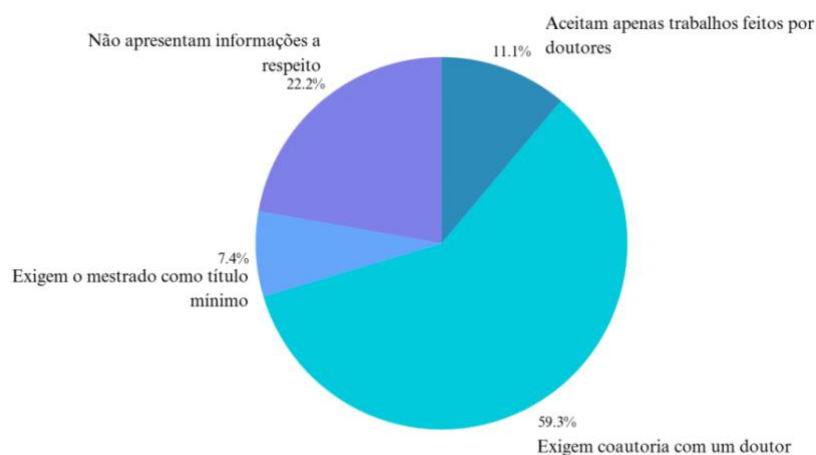
Os dados expostos na Fig. 2 evidenciam significativa diferença entre os periódicos que se posicionam explicita ou implicitamente (14,8%, no total) e aqueles que não se posicionam (85,2%) quanto ao uso de IAGen na produção científica. Essa expressiva ausência de posicionamento, constatada em 23 periódicos, dos 27 analisados, pode configurar-se como uma dimensão “escondida” (Street, 2010) da produção científica, dada a não explicitação de como proceder em relação a geradores de texto e assistentes de linguagem, caso algum pesquisador tenha interesse em publicar em um desses periódicos. A presença desses tipos de ferramenta no cotidiano dos pesquisadores já é uma realidade, inclusive pode ser útil em algumas atividades. Por isso, aqueles que buscam um periódico para submeter um manuscrito podem ficar confusos, sem saber quando e como usar IAGen, caso essa informação não esteja clara nem transparente nas diretrizes da revista.

Nessa perspectiva, esses números parecem significar que, até o momento da coleta dos dados, os periódicos de Linguística de extrato Qualis A não consolidaram (pelo menos, não divulgaram ainda) seu posicionamento quanto ao uso de IAGen nos manuscritos a serem submetidos. A não divulgação desse posicionamento pode gerar tensionamentos entre as expectativas de quem escreve e as de quem avalia, à semelhança do que acontece, muitas vezes, com demandas de escrita

acadêmica no contexto de ensino superior. Parte-se do pressuposto de que suas convenções são claras e autoevidentes, o que constitui uma Prática Institucional do Mistério, na visão de Lillis (1999). Essa forma tácita de conceber as dimensões da prática de escrita perpassa a discussão em tela.

A predominante ausência de diretrizes sobre o uso de IAGen nos dados analisados pode estar relacionada à exígua regulamentação, a nível institucional, que, por sua vez, pode estar imbricada à recente emergência das ferramentas de IAGen, bem como a rapidez com que se desenvolvem. No entanto, alguns documentos parametrizadores do uso de IAGen vêm sendo publicados, a exemplo de Brasil (2025), Franco *et al.* (2024); Peixoto *et al.* (2025); SciELO (2023); Silva *et al.* (2025), UNESCO (2024), conforme sinalizado na introdução deste artigo. Outra hipótese que podemos levantar em relação a essa significativa ausência de posicionamento sobre o uso de IAGen na produção científica seria o perfil de pesquisador esperado em periódicos Qualis A. Na Figura 3, caracterizamos o perfil de quem está apto a publicar artigo acadêmico nos periódicos analisados.

Figura 3 – Caracterização do perfil de pesquisador esperado pelos periódicos



Fonte: produção das autoras (2025)

Os números ilustrados na Fig. 3 revelam que, no cenário de pesquisa atual, a figura dos doutores recebe um maior prestígio perante a comunidade científica (11,1% + 59,3%, totalizando 70,4%), de modo que a sua

participação em um estudo pode atribuir-lhe maior confiabilidade e credibilidade. Talvez, isso deva-se ao fato de que, normalmente, pesquisadores doutores são membros mais experientes de determinada cultura disciplinar (Hyland, 2004), tanto em pesquisa, quanto em produção científica. Em razão disso, eles podem assumir um lugar legitimado, acadêmica e cientificamente, um lugar de quem conhece questões de poder, identidade e autoria que perpassam esse tipo de produção. Zavala (2010) já nos lembrava de que o discurso acadêmico é perpassado por uma escrita que evoca questões ideológicas, sociais e de poder. Tais questões, nem sempre explicitamente socializadas, podem, talvez, materializar-se em convenções e expectativas de que determinados perfis de pesquisadores não fariam uso dessas ferramentas para gerar seus textos, uma vez que já dominam os discursos e gêneros próprios da cultura disciplinar (Hyland, 2004) na qual se inserem.

4.2 Quando e de que forma usar ferramentas de IAGen?: posicionamentos explícitos e implícitos nas diretrizes para autores

Na seção anterior, evidenciamos que apenas 14,8% dos periódicos analisados apresentam diretrizes quanto ao uso de IAGen na produção científica, seja de forma implícita — a revista ALFA: Revista de Linguística e a Revista de Estudos da Linguagem —, seja de forma explícita — DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada; Revista Brasileira de Linguística Aplicada (RBLA).

No caso das diretrizes implícitas, observamos que, de forma semelhante, os periódicos não apresentam uma seção destinada às boas práticas no uso de IAGen, mas deixam claros seus posicionamentos guiados pelos pressupostos do COPE. Assim, embora a revista ALFA e a Revista de Estudos da Linguagem demonstrem considerar o uso de IAGen como real no contexto acadêmico, não trazem ainda informações mais específicas e sistematizadas a respeito de como esse uso deve ser feito, deixando a cargo do autor ler (ou não) os materiais disponibilizados pelo COPE. Desse modo, mesmo que haja um posicionamento implícito acerca dos usos possíveis de IAGen — um movimento de avanço nessa discussão —, este ainda parece se estabelecer enquanto uma dimensão “escondida” (Street, 2010), uma vez

que, por enquanto, não foi explicitamente socializado ou institucionalizado por tais periódicos.

Já com relação às diretrizes explícitas, identificamos, tanto na DELTA, quanto na RBLA, uma subseção na aba de “submissões” destinada às políticas de uso de IAGen. A revista DELTA apresenta a seção intitulada “Política de Uso de Inteligência Artificial em Periódicos Acadêmicos Internacionais”, na qual orienta autores e pareceristas quanto às possibilidades e proibições de uso, reiterando seu compromisso com a “integridade, transparência e excelência da pesquisa”.

Como possibilidades de uso das ferramentas de IAGen, a revista DELTA elenca as seguintes atividades: geração ou análise de dados, desde que rigorosamente empregados por humanos e devidamente mencionados na seção de metodologia do estudo; assistência aos revisores, considerando que a aprovação (ou não) seja de inteira responsabilidade humana; identificação de plágio, inconsistência e/ou outras questões de ordem técnica; garantia de anonimidade, quando dispuser de dados pessoais. O periódico estabelece, ainda, que essa política atualizar-se-á regularmente, visando à manutenção de um padrão de paridade com os rápidos avanços das inteligências artificiais. Dessa forma, conclui a seção afirmando seu compromisso com a ética e a transparência, face ao cenário de usos de ferramentas de IAGen.

A Revista Brasileira de Linguística Aplicada, por sua vez, disponibiliza uma subseção intitulada “Uso de recursos de Inteligência Artificial (IA)”. Nessa subseção, apresentam apenas dois itens, nos quais consideram: não reconhecer a autoria de textos produzidos parcial ou integralmente por IAGen; a admissão do emprego das ferramentas de modo ético; o uso como suporte para a melhoria da redação; o uso como recurso para revisão textual ou de normatização; o uso como auxiliar na construção de elementos gráficos. A revista declara, ainda, não recomendar a utilização de IAGen para análises e/ou reflexões, as quais devem ser autorais. Por fim, esclarece que os autores devem informar, no corpo do texto, todo e qualquer uso que fizerem de ferramentas de IAGen e que os autores serão totalmente responsáveis pelo conteúdo divulgado. Além disso, recomenda que os autores orientem-se a partir do “Guia de uso de ferramentas e recursos de Inteligência Artificial” da Rede SciELO (2023).

A explicitação de diretrizes sobre o uso de IAGen tanto na revista DELTA quanto na RBLA significa um passo inicial importante no campo da produção científica em Linguística, já que marca o posicionamento desses periódicos no tocante a esse tema. Percebemos, assim, que o uso de IAGen está autorizado para algumas situações. A DELTA autoriza, por exemplo, para geração e análise de dados; já a RBLA não autoriza para esse tipo de ação, mas para aspectos pontuais, como revisão textual, de normatização e construção de elementos gráficos. Embora haja algumas divergências quanto ao uso de tais ferramentas, dois pontos são consensuais nesses posicionamentos.

O primeiro ponto consensual é o compromisso desses periódicos com a ética e a transparência na pesquisa e na escrita. Assim, o uso de IAGen está permitido, mas não pode ser feito de qualquer forma. Espera-se que o pesquisador a use com consciência, ciente inclusive de que nas produções científicas a sua voz é crucial. O artigo acadêmico, um dos gêneros mais publicados em revistas, por exemplo, “[...] não se configura apenas como um relato de uma pesquisa. Pelo contrário, espera-se daquele que o produz a postura de autor, de alguém que problematiza, reflete sobre o que está escrevendo, posiciona-se face ao que foi dito, enfim, espera-se uma postura ativa” (Silva, 2025, p. 8-9). Ferramentas de IAGen não conseguem demonstrar essas capacidades tipicamente humanas, o que reforça a singularidade de quem escreve e está em consonância com o posicionamento da RBLA de não reconhecer a autoria de textos produzidos parcial ou integralmente por IAGen. Essa posição foi bastante divulgada em um editorial da *Nature*, uma revista científica internacional bastante conhecida na Inglaterra, no qual se estabeleceu que ferramentas baseadas em modelos de linguagem de grande escala não poderiam ser reconhecidas como autoras, uma vez que a autoria pressupõe responsabilidade pelo conteúdo produzido — algo que sistemas de inteligência artificial não são capazes de assumir (“*Tools such as ChatGPT*”, 2023).

O segundo ponto consensual entre os dois periódicos em tela é a exigência de mencionar, explicitamente, no corpo do texto (RBLA) ou na seção de metodologia (DELTA), todo e qualquer uso de IAGen. A exigência de transparência quanto a tal uso coaduna-se com o que está previsto no Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência

Artificial na Educação (Brasil, 2025). Omitir essa informação pode gerar tensionamentos e constrangimentos quanto ao que se espera de um pesquisador ético, íntegro e comprometido com a divulgação do conhecimento científico. Ademais, pode contribuir para que o uso de IAGen na produção escrita continue configurando-se como uma dimensão “escondida”, já que não basta saber que é autorizado usá-la e fazê-lo, mas é preciso informar que isso foi feito, com que objetivo e de que forma.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, mapeamos posicionamentos adotados por 27 periódicos Qualis A da área de Linguística relacionados à normatização dos usos de IAGen para a publicação de produções científicas e analisamos a natureza desses posicionamentos, em diretrizes para autores apresentadas em tais periódicos.

No mapeamento realizado, constatamos a predominância de um não posicionamento dos periódicos analisados acerca dos usos de IAGen na produção científica (85,2%) ou de um posicionamento implícito (7,4%). Essa constatação parece ratificar a nossa hipótese inicial do surgimento de uma nova dimensão “escondida” (Street, 2010) da escrita acadêmica, na produção científica.

A ausência de normas que regulamentem o uso de geradores de texto e assistentes de linguagem em diretrizes de periódicos pode contribuir para o surgimento de tensionamentos em torno das expectativas envolvidas nesse tipo de produção. O que é permitido, autorizado, validado e legitimado na produção científica? A não explicitação desse tipo de informação evidencia um conhecimento tácito em torno do uso de IAGen, ratificando a configuração de uma dimensão “escondida” da produção científica. Nesse sentido, os autores dos manuscritos podem conjecturar que o fato de o periódico não se posicionar quanto a esse tema os autoriza a usar esse tipo de ferramenta, seguindo aquele ditado “quem cala, consente”. Ou, se pensarmos que se trata de periódicos que exigem predominantemente o perfil de pesquisadores doutores, poderíamos levantar a hipótese de que pesquisadores com esse perfil não tercerizariam sua tarefa cognitiva para IAGen.

No caso dos poucos periódicos em que há diretrizes explícitas de uso de IAGen (7,4%), embora com algumas divergências, observamos dois pontos em comum nos posicionamentos: compromisso dos periódicos com a ética e a transparência na pesquisa e na escrita, e exigência de mencionar, explicitamente, no corpo do texto, todo e qualquer uso de IAGen. A explicitação do tipo de tarefa no qual é autorizado ou proibido o uso de IAGen faz-se relevante, sobretudo quando nos deparamos com uma realidade, que não é nova, do produtivismo acadêmico. Manter a IAGen como uma dimensão “escondida” da produção científica pode aumentar ainda mais esse produtivismo, marcado, muitas vezes, pela quantidade, em detrimento da qualidade.

Reconhecemos que estas constatações dizem respeito a um período específico da coleta de dados. Provavelmente, mais periódicos, inclusive os que foram contemplados no *corpus* da nossa pesquisa, já tenham socializado diretrizes para uso de IAGen, uma vez que as discussões vêm, paulatinamente, avançando na área. Cabe-nos continuar ponderando quanto às potencialidades e aos desafios do uso desse tipo de ferramenta na produção de textos acadêmicos (Silva; Oliveira; Silva, 2025). Nessa perspectiva, abrem-se oportunidades de investigações que, comparativamente, observem avanços e/ou rupturas da caracterização de usos de IAGen como dimensão “escondida” das práticas de escrita acadêmica.

REFERÊNCIAS

ANJOS, R. E. A Práxis sob Risco na Era Digital: uma Análise da Escrita Acadêmica Mediada por Inteligência Artificial. **Póiesis Pedagógica**, Catalão, v. 23, p. e2025012, 2025. DOI: 10.69532/2178-4442.v23.75096. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/poiesis/article/view/75096>. Acesso em: 24 jun. 2026.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD). **Radar Tecnológico**: inteligência artificial generativa. 1. ed. Brasília: ANPD, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/anpd/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos-tecnicos-orientativos/radar_tecnologico_ia_generativa_anpd.pdf. Acesso em: 23 dez. 2024.

BOTELHO, L.; SILVA, L. Letramentos acadêmicos: as “dimensões escondidas” em práticas de leitura. **Veredas – Revista de Estudos Linguísticos**, [s. l.], v. 26, n. 2, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://shre.ink/AFoz>. Acesso em: 20 dez. 2025.

BRASIL. **Referencial para desenvolvimento e uso responsáveis de inteligência artificial na educação**. [Recurso digital] Brasília: Ministério da Educação, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/referencial-de-ia-na-educacao>. Acesso em 21 mai. 2026.

BURGESS, Amy; IVANIČ, Roz. Writing and being written: issues of identity across timescales. **Written Communication**, [s. l.], v. 27, n. 2, p. 228-255, 2010. DOI: 10.1177/0741088310363447. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0741088310363447>. Acesso em: 13 dez. 2024.

CARVALHO, A. C. P. de L. F. Inteligência artificial: riscos, benefícios e uso responsável. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 35, n. 101, p. 21-36, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/ZnKyrCrLVqzhZbXGgXTwDtn>. Acesso em: 08 mai. 2025.

COPE. **Artificial intelligence and authorship**. [s.l.] 2023. Disponível em: <https://publicationethics.org/news-opinion/artificial-intelligence-and-authorship>. Acesso em: 09 set. 2025.

D’ALTE, P.; D’ALTE, L. Para uma avaliação do ChatGPT como ferramenta auxiliar de escrita de textos acadêmicos. **Revista bibliomar**, São Luís, v. 22, n. 1, p. 122-138, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/21144>. Acesso em: 22 nov. 2024.

DEEPSEEK. **DeepSeek**: sobre nós. [s.l.], 2024. Disponível em: <https://www.brasil-deepseek.com/about.html>. Acesso em: 27 dez. 2024.

DESSBESEL, R. S.; SILVA, S. C. R.; SHIMAZAKI, E. M. O processo de ensino e aprendizagem de Matemática para alunos surdos: uma revisão sistemática. **Ciênc. Educ.**, Bauru, v. 24, n. 2, p. 481-500, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/H8Xgjb6gWX8cVgfMm5nBJGb/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 abr. 2025.

FERNANDES, C. A autoria em textos produzidos por inteligência artificial e por alunos em uma perspectiva discursiva. **Revista da Abralin**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 214-235, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Carolina-Fernandes-34/publication/383492015_REVISTA_DA_ABRALIN/links/66cfaa3ebd201736675d6f47/REVISTA-DA-ABRALIN.pdf. Acesso em: 23 nov. 2024.

FISCHER, A.; COLAÇO, S. F.. Práticas de escrita em Ciências Biológicas: letramentos acadêmicos (re)contextualizados. **Raído**, Dourados, v. 11, n. 27, p. 438-462, ago. 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raído/article/view/6751> Acesso em: 30 nov. 2025.

FRANCO, D. VIEGAS, L. E. RÖHE, A. Guia Ético para a Inteligência Artificial Generativa no Ensino Superior. **TECCOGS** – Revista Digital de Tecnologias Cognitivas, [s. l.], n. 28, p.108-117, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/teccogs/article/view/67074/45081>. Acesso em: 12 set. 2025.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. Atlas, São Paulo, 2004.

GOOGLE. **O que é o Gemini?** [s.l.]. 2024. Disponível em: <https://gemini.google.com/faq?hl=pt-BR>. Acesso em: 27 dez. 2024.

HYLAND, K. Disciplinary cultures, texts and interactions. In: HYLAND, K. **Disciplinary discourses: social interactions in academic writing**. The University of Michigan Press, Michigan, 2004. p. 1-14.

KOMESU, F. C.; FISCHER, A. O modelo de “letramentos acadêmicos”: teoria e aplicações. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [s.l.] vol. 16 n.2, 477-493, 2014. Disponível em: https://revistas.usp.br/flp/pt_BR/article/view/79407. Acesso em: 19 fev. 2026.

LEA, M. R; STREET, B. Student writing in higher education: an academic literacies approach. **Studies in Higher Education**, Londres, v. 23, n. 2, p. 157-172, Jun. 1998. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03075079812331380364>. Acesso em: 30 mar. 2021.

LILLIS, Theresa. Whose “common sense”? Essayist literacy and the institutional practice of mystery. In: JONES, Carys; TURNER, Joan; STREET, Brian (org.). **Students writing in the university: cultural and epistemological issues**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 1999. p. 127-148. DOI: <https://doi.org/10.1075/swll.8.13lil>. Disponível em: <https://benjamins.com/catalog/swll.8.13lil>. Acesso em: 10 nov. 2025.

LILLIS, T.; SCOTT, M. Defining academic literacies research: issues of epistemology, ideology and strategy. **Journal of Applied Linguistics**, Sheffield, v. 4.1, p. 5-32, 2007.

NATURE. Tools such as ChatGPT threaten transparent science; here are our ground rules for their use. **Nature**, [s. l.], v. 613, n. 7945, p. 612-612, Jan. 2023. Editoriais. DOI: <https://doi.org/10.1038/d41586-023-00191-1>. Disponível

em: <https://www.nature.com/articles/d41586-023-00191-1> Acesso em 22 jun. 2026.

NOGUEIRA, N. N. M. Dimensões “escondidas” da internacionalização do ensino superior. **Rev. Bras. Linguíst. Apl.**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 951-982, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbla/a/Vd3YYcN9fMqgQX9DFmRwynF/?lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2025.

NUNES, P. A. Escrever não é útil. **Revista da Abralin**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 192-213, 2024. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2190>. Acesso em: 03 jul. 2025.

OPENAI, **Introducing ChatGPT**. [s.l.] 2024. Disponível em: <https://openai.com/index/chatgpt/>. Acesso em: 27 dez. 2024.

PEIXOTO, A. L. A. NEVES, B. C. RANGEL, M. T. R. JÚNIOR, M. A. C. LEBLANC, P. B. RIOS, T. N. SANDOS, V. V. **Guia para Uso Ético e Responsável da Inteligência Artificial Generativa na Universidade Federal da Bahia** [Recurso digital] Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2025. Disponível em: https://www.ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/guia_para_uso_etico_e_responsavel_da_inteligencia_artificial_generativa_na_universidade_federal_da_bahia.pdf. Acesso em: 12 set. 2025.

RUSSEL, S. J. NORVIG, P. **Inteligência Artificial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SCIELO. **Guia de uso de ferramentas e recursos de Inteligência Artificial na comunicação de pesquisas na Rede SciELO**. [Recurso digital]. [s.l.] 2023. Disponível em: <https://wp.scielo.org/wp-content/uploads/Guia-de-uso-de-ferramentas-e-recursos-de-IA-20230914.pdf>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, E. M. Da. Uso de IA generativa para ensinar artigo acadêmico: o que diz o ChatGPT?. **Diálogo das Letras**, [s. l.], v. 14, p. e02520, 2025. DOI: 10.22297/2316-17952025v14e02520. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/DDL/article/view/7234>. Acesso em: 19 maio. 2026.

SILVA, J. N.; OLIVEIRA, R. T.; SILVA, E. M da. Potencialidades e desafios do uso de inteligência artificial generativa na produção de textos acadêmicos: uma revisão sistemática. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 15, p. 1-23, 2025. DOI: 10.35699/2237-5864.2025.58835. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/58835>. Acesso em: 16 fev. 2026.

SOUZA, K. R.; KERBAUY, M.T. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 31 mai. 2024.

STREET, B. Dimensões “escondidas” na escrita de artigos acadêmicos. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 541-567, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2010v28n2p541>. Acesso em: 31 jan. 2024.

TEDESCO, A. L.; FERREIRA, J. L. Ética e Integridade acadêmica na Pós-Graduação em Educação em tempos de Inteligência Artificial. **Periódico Horizontes**, São Paulo, v. 41, n. 1, p. 1-24, 2023. Disponível em: <https://novoshorizontes.usf.emnuvens.com.br/horizontes/article/view/1620>. Acesso em: 17 nov. 2024.

TRINDADE, A. S. C. E. da; OLIVEIRA, H. P. C. de. Inteligência artificial (IA) generativa e competência em informação: habilidades informacionais necessárias ao uso de ferramentas de IA generativa em demandas informacionais de natureza acadêmica-científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/GVCW7KbcRjGVhLSrmy3PCng/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 dez. 2025.

UNESCO. **Guia para a IA generativa na educação e na pesquisa**. UNESCO, Paris, 2024. Disponível em: <https://bdjur.tjce.jus.br/server/api/core/bitstreams/e0c8d3e3-63d4-4214-a0df-1579aef52afb/content>. Acesso em: 24 jan. 2025.

VIEIRA, B. G. A. M. Entre as dimensões “escondidas” do letramento acadêmico e os presumidos sociais do gênero artigo de pesquisa nas diretrizes para autores de periódicos em ciência da computação. **Raído**, Dourados, v. 12, n. 27, p. 105-131, 2017. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/Raído/article/download/5642/3730/20177>. Acesso em: 20 dez. 2025.

ZAVALA, V. Quem está dizendo isso?: letramento acadêmico, identidade e poder no Ensino Superior. In: GRANDE, P.; SITO, L.; VÓVIO, C. (org.). **Letramentos, rupturas, deslocamentos e repercussões de pesquisas em linguística**. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 71-93.

SILVA, Jimmy Naially; OLIVEIRA, Rebeca Trajano. SILVA, Elizabeth Maria da. Diretrizes sobre sobre usos de IA generativa em periódicos Qualis A de Linguística: uma análise exploratória. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 16, e97351, 2026. DOI: 10.36517/ep16.97351